

O que esperar do encontro entre Lula e Xi

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Em 2002, 5% de nossas exportações foram para China; em 2022 foram 26%. A visita do presidente Lula à China, nesta semana, marca uma importante reorientação da política externa do Brasil em relação ao país asiático, em contraste com as tensões políticas que ditaram a diplomacia dos anos anteriores. Na esfera econômica, o encontro entre Lula e Xi promete aprofundar ainda mais as oportunidades de negócios entre os dois países, como na ampliação do fluxo de comércio, na integração financeira e em colaborações na agenda de sustentabilidade. Em relação ao comércio, a China se tornou, ao longo das últimas duas décadas, o principal destino de nossas exportações, passando de pouco mais de 5% em 2002 para 26% em 2022, superando inclusive os Estados Unidos, que detêm 11% do volume exportado pelo Brasil. Esses sólidos fluxos de comércio –que incluem soja, minério de ferro e carne entre os principais produtos exportados– são fundamentais para a indústria alimentícia e para o setor de construção e infraestrutura chinesa. A perspectiva de ampliação do fluxo de comércio nos próximos anos depende do crescimento da economia chinesa, mas está sendo favorecida pelos efeitos da reabertura na retomada dos serviços e na expansão do consumo interno. Essa forte relação comercial com a China tem implicações relevantes para o crescimento da economia brasileira, não apenas pela métrica do PIB como pela métrica de renda, através de variações nos termos de troca (isto é, dos preços relativos nas nossas exportações e importações). Entre 2006 e 2011, nossa renda real cresceu acima do PIB real por seis anos seguidos, em função do crescimento da China e do superciclo das commodities. Em 2023, apesar do aperto monetário e da desaceleração da atividade, a economia deve ser puxada pelo setor agropecuário, com crescimento expressivo da safra de soja e efeitos sobre a renda amplificados pelos preços internacionais, sustentados, principalmente, pela demanda chinesa. Para além do comércio, oportunidades rentáveis de investimentos estão colocando o país em posição privilegiada para aportes chineses. Entre 2005 e 2022, o Brasil se consolidou na quarta posição entre os países que recebem investimentos que vêm da China, atrás apenas de Estados Unidos, Austrália e Grã-Bretanha (China Global Investment Tracker), acumulando US\$ 66,1 bilhões de investimentos, com destaque para os setores de energia e eletricidade, tecnologia da informação e indústria de óleo e gás. Apesar da crescente importância das relações comerciais e financeiras entre os dois países, as transações realizadas em real contra renminbi (a moeda chinesa) não chegaram a US\$ 1 bilhão em 2021, ficando atrás de moedas como o peso mexicano, o dólar canadense e a libra esterlina, cujos países possuem uma relação muito mais forte com o Brasil. A consolidação de uma infraestrutura financeira que facilite transações bilaterais denominadas na moeda chinesa, que reduza os custos de transações e que permita a contratação de derivativos de proteção cambial é essencial para a expansão do volume de negócios entre Brasil e China. A China vem se esforçando na internacionalização do renminbi, estimulando o uso da moeda local nas transações comerciais e financeiras com os demais países, como na criação do CIPS (Cross-Border Interbank Payment System) em 2015. Esse é um sistema de liquidação de transações denominadas em renminbi controlado pelo Banco Central da China (PBoC), que já conta com a participação de mais de mil instituições financeiras em mais de cem países, aos quais agora o Brasil irá se somar. Espera-se, por exemplo, que a simplificação das operações financeiras potencialize uma maior diversificação da pauta de comércio entre os dois países, expandindo o acesso ao mercado chinês e abrindo espaço para empresas brasileiras que ainda não exportam para a China. A reaproximação entre os dois países também cria oportunidades de troca nas muitas agendas que a China e o Brasil compartilham, que vão desde estratégias para a transição para uma matriz energética mais limpa, a redução das emissões de carbono e o desenvolvimento de novas tecnologias, até políticas direcionadas à erradicação da pobreza, à redução de desigualdades e a investimentos em capital humano. Este tem tudo para ser um encontro que potencializa ainda mais o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável tanto do Brasil, quanto da China. Um encontro do qual todos podem sair ganhando. Cecília Machado

Economista-chefe do Banco BOCOM BBM e professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e



Xi Jinping, então vice-presidente, e Lula em encontro em 2009, em Brasília - Joedson Alves/AFP